

MEMÓRIA, UBUNTU

SOU, PORQUE SOMOS, PORQUE LEMBRAMOS

Amanda Berchez
(UNESP – Doutoranda)

INFORMAÇÕES SOBRE A AUTORA
Amanda Berchez é Doutoranda em Estudos Literários pela Faculdade de Ciências e Letras (FCL/CAR) da Universidade Estadual Paulista (UNESP); mestra em Teoria e História Literária pelo Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); graduada em Letras pelo Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL) da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). Contato: amanda.berchez@unesp.br ; unesp.academia.edu/AmandaBerchez .

RESUMO	ABSTRACT
Nosso objetivo central é, <i>in nuce</i> , desenvolver um estudo que se ocupe da memória. Para tanto, ao longo de nossa argumentação, isto é, junto a nossas próprias ilações, recorreremos e lançamos mão de discussões propostas em várias áreas de conhecimento (em específico, as ciências humanas; em especial, a literatura) que, tendo por objeto a memória, a pensaram no que notamos serem diferentes, significativas e complementares formas, em suas mais plurais relações; podemos indicar: a vertente filosófica de Santo Agostinho; a sociológica de Maurice Halbwachs; a cultural de Umberto Eco; a sociolinguística de Mikhail Bakhtin; a retórico-discursiva de Aristóteles e Cícero; e a literária de Marcel Proust e, com ênfase no testemunho, Primo Levi, Graciliano Ramos e Elie Wiesel. Nossos esforços de diálogo e integração fazem jus à multivalência, ao estatuto e ao funcionamento da memória, que jamais se faz sozinha, reivindicando imperiosamente o outro para ser e se preservar.	Our main aim is, <i>in nuce</i> , developing a study on memory. For this purpose, throughout our discussion, that is, along with our own reflexions, we resorted to arguments from many areas of knowledge (in particular, humanities; above all, literature) which, having memory as its object, thought it in what we noticed were different, significant and complementary forms, in its most plural relationships; for instance: Augustine's philosophical perspective; Maurice Halbwachs' sociological one; Umberto Eco's cultural one; Mikhail Bakhtin's one from sociolinguistics; Aristotle's and Cicero's rhetoric-discursive ones; regarding to the literary field, Marcel Proust's and, with an emphasis on testimony matters, Primo Levi's, Graciliano Ramos' and Elie Wiesel's ones. Our efforts of dialogue and integration do justice to the multivalence, the statute and the functioning of memory, which is never set alone, imperiously claiming the other in order to be and to preserve itself.

PALAVRAS-CHAVE	KEY-WORDS
Memória; Lembrança; Outridade; Esquecimento; Testemunho.	Remembrance; Reminiscence; Otherness; Forgetfulness; Testimony.

*Umuntu ngumuntu ngabantu*¹.

INTRODUÇÃO: MEMÓRIA E LITERATURA, SALVAGUARDA DE VERDADES

Um movimento expressivo que podemos asseguradamente atribuir ao século XX, caracterizando-se também como sintomático de suas barbáries, foi o de descortinamento (e, à vista disso, iluminação) da densa, multifacetada, interviária, gravitacional (inúmeros outros adjetivos indicadores de polivalência seriam cabíveis aqui) relação entre memória e literatura. Foi quando o choque, instalando-se em definitivo na vida contemporânea (o que se deu em função, por exemplo, das transformações e dos impactos constatados com

¹ Expressão zulu que corresponde a “uma pessoa é uma pessoa através de outras pessoas” no português.



o avanço da ciência e da tecnologia, dos massacres, das guerras, das ditaduras, da própria aliança perniciosa de científico-tecnológico e bélico), subverteu o regime da experiência ao despojá-la, por efeito das várias disrupções que passaram a integrar o cotidiano, de sua disposição de regularidade, fluidez. Quando se desenvolveu o interesse científico pelo fenômeno da memória e, por consequência, se verificou um *boom* dos estudos sobre ela, tendo por base que, apesar de a história do compartilhamento de heranças, bem como de reflexões sobre a memória, práticas essas vinculadas à ordem do antropológico-cultural, remontar à Antiguidade (com, por exemplo, Homero, Platão e Aristóteles), ao supradito século assistiu a instituição de pesquisas metódicas (e majoritariamente acadêmicas, em especial, na área de conhecimento das ciências humanas e sociais) sobre modalidades de relação/reportação coletiva ao passado.

Também foi quando se provou – e de uma vez por todas – que não se pode divorciar a literatura da vida (ou, se quisermos, da realidade) dos homens, pois é desta seu componente *sine qua non*, implica e é implicada por ela, e isso em vista precisamente de seu evidente pacto com o campo de forças imaginativo-ficcional, pacto o qual as escolas oitocentistas do realismo e do naturalismo, a título de exemplo, tentaram impetuosamente dissimular em seu fiduciário interesse de alçar o literário como instância de representação séria do domínio prático-cotidiano. E quando muitas experiências da guerra, na ânsia de se fazer testemunhos parciais² e, ao mesmo tempo, ante a dificuldade (muitos a chamam até de impossibilidade), devida ao excesso de horror nelas contido, em traduzir-se em linguagem³, convocaram a literatura e ratificaram a importância mesma do imaginativo-ficcional que é a ela devido quando na tentativa de se materializar (e, assim, como que paradoxalmente, abordar o real). É que o estético torna o real – noção um tanto problemática, pois escorregadia, nunca acessível em totalidade, em termos de sua genuína

² Pois, conforme sugerido por Primo Levi no prefácio de *I sommersi e i salvati*, o autêntico testemunho seria daquele (a vítima) cuja experiência de horror foi *plena*, de tal forma que, por ter sido ela, então, *plena*, dela não pôde ele se libertar: “A distanza di anni, si può oggi bene affermare che la storia dei Lager è stata scritta quasi esclusivamente da chi, come io stesso, non ne ha scandagliato il fondo. Chi lo ha fatto non è tornato, oppure la sua capacità di osservazione era paralizzata dalla sofferenza e dall’incomprensione.” (1986, p. 10). Nisto, consiste o paradoxo do testemunho (no caso, de guerra; portanto, o do *superstes* latino, isto é, quem passou por algo e tem respaldo para dele falar). Noutras palavras, apenas pode se manifestar a respeito aquele que voltou, aquele que, assim o sendo, *testemunhou* parcialmente, pelo fato mesmo de que voltou, de que alguém perdeu em seu lugar. É que só existe volta porque alguém ficou. Daí o complexo do sobrevivente, fadado a contar(-se) por quem não pode fazê-lo, pelos que foram e não retornaram. “*Pero no había, jamás habría supervivientes de las cámaras de gas nazis. Nadie jamás podrá decir: yo estuve allí. Se podía estar alrededor, o antes, o al lado, como los individuos del Sonderkommando. De ahí la angustia de no resultar creíble, porque no se está muerto, precisamente, porque se ha sobrevivido.*” (SEMPRÚN, 2012, p. 57). Ainda que se volte, nenhuma experiência com a guerra é vitoriosa.

³ Complementando, inclusive, a nota anterior, temos, aqui, a *tensão do indizível*, dada a magnitude do horror vivido. Uma ilustração disso está no seguinte trecho do relato de Robert Antelme acerca de sua experiência nos campos nazistas: “E desde os primeiros dias, no entanto, parecia-nos impossível preencher a distância que descobrimos entre a linguagem de que dispúnhamos e essa experiência que, em sua maior parte, nos ocupávamos ainda em perceber nos nossos corpos. [...] Mal começávamos a contar e sufocávamos. A nós mesmos, aquilo que tínhamos a dizer começava então a parecer *inimaginável*. Essa desproporção entre a experiência que havíamos vivido e a narração que era possível fazer dela não fez mais que se confirmar em seguida.” (1957, p. 3, grifo meu).



essência – suportável⁴: “[...] *trova anche una dimora più accettabile e convenzionale nella fantasia. Crediamo; ma non crediamo tuttavia in maniera intollerabile, perché tiriamo il fiato al riconoscere un espediente letterario, una pennellata stilistica [...]*.” (STEINER, 2014, p. 195). O sonho de Primo Levi enquanto no *Lager*, o qual desdobrou, na condição simultânea e (até por isso mesmo) profundamente intrincada e carregada de sobrevivente, testemunha, narrador e personagem, em *Se questo è un uomo* (p. 104)⁵, demonstra como a memória reclama, ontologicamente falando, o literário, reclama, de uma forma geral, o outro:

*È un godimento intenso, fisico, inesprimibile, essere nella mia casa, fra persone amiche, e avere tante cose da raccontare: ma non posso non accorgermi che i miei ascoltatori non mi seguono. Anzi, essi sono del tutto indifferenti: parlano confusamente d'altro fra di loro, come se io non ci fossi.*⁶

A memória ensejou outra relação, não mais encarcerada como queriam/previam estéticas de outrora, da literatura para com o real. Em contrapartida, a literatura, haja vista a própria menção a Homero que acabamos de fazer, compreende há muito uma instituição próspera para ponderar (sobre) a memória, considerando os vínculos passíveis de serem nas obras consolidados entre esta, história, identidade cultural *etc.* Isso porque, como já bem nos instruiu Alfredo Bosi (1988, p. 278), toda grande obra literária é produto de uma dialética “de lembrança pura e memória social”, “de fantasia criadora e visão ideológica da História” e “de percepção singular das coisas e cadências estilísticas herdadas no trato com pessoas e livros”. Retomando outra de nossas menções, Aristóteles, em seu tratado *Περι μνημης και αναμνησεως* (em latim, *De memoria et reminiscencia*), indo ao encontro de nossa argumentação, vemos que memória e imaginação competem à mesma instância da alma. Este laço tão estreito justifica o porquê de se recorrer à memória para pensar a literatura, assim como de se recorrer à literatura para pensar a memória. Honrando, então, o *modus operandi* de uma e outra, que se fazem essencialmente esteadas no outro, nosso plano é dar continuidade e, destarte, contribuir no tangente à segunda dessas alternativas, a saber, perscrutar a memória, seu funcionamento, fatores, atores e reatores que para ele concorrem.

⁴ Tradução por Gilda Stuart e Felipe Rajabally para a Companhia da Letras: “Nós cremos; contudo, não cremos de forma intolerável, pois recuperamos o fôlego ao reconhecer um estratagema literário, um golpe estilístico não diferente, em última análise, do que encontramos em um romance. O estético o torna suportável.” (1988, p. 199).

⁵ O título do qual dado excerto foi extraído não conta com a indicação do ano em que foi publicado porque se trata de edição eletrônica. Disponível em: bit.ly/3vZccVk. Acesso em 11/05/2021.

⁶ Tradução por Luigi Del Re para a Rocco: “É uma felicidade interna, física, inefável, estar em minha casa, entre pessoas amigas, e ter tanta coisa para contar, mas bem me apercebo de que eles não me escutam. Parecem indiferentes; falam entre si de outras coisas, como se eu não estivesse.” (1988, p. 60).

A propósito, há muito, neste sentido, a ser explorado. Temos uma ilustração disso na recente formulação da hipótese⁷ da memória celular, segundo a qual a operação da memória não estaria restrita aos âmbitos neural e imunológico, mas, sim, contemplada em outras partes do corpo (as células de órgãos como o coração e o pulmão, por exemplo); essa hipótese começou a ganhar vigor com pesquisas indicando o fato de recipientes de órgãos transplantados notarem mudanças em nível pessoal, sendo os quadros adquiridos após as cirurgias supostamente coincidentes com os históricos de seus doadores. Contudo, apesar da possibilidade e seu levantamento, não existe consenso científico quanto a isso; a problemática da memória corporal permanece uma interrogação, o que nos conduz de volta e, com isso, nos ampara na afirmação de que ainda há muito a ser descoberto acerca da memória.

Assim o sendo, finalizada esta breve digressão, frisemos nossa intenção de levar a cabo, nestas páginas, um percurso argumentativo (sobretudo, de cunho filosófico) que tem por recorte a memória, as disposições que disciplinam sua existência, e em que são mobilizados operadores conceituais como história, linguagem, realidade, testemunho, conhecimento e reconhecimento, imagem, espaço, outridade. E introduzimos deste modo, isto é, preconizando as relações entre memória e a literatura, porque, nesta empreitada, o literário haverá de ser para nós, conforme já provou ter sido e vir sendo, um grande aliado. Nada melhor, para iniciarmos-la, do que uma noção prévia sobre a alçada da memória (e que nos servirá tanto de pressuposto quanto de premissa) emprestada de Michel Pêcheux (1999, p. 56) em que ficam acentuadas a complexidade e a faculdade da alteridade a ela intrínsecas:

[...] uma memória não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo [...]: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e [contradiscursos].

E, metodologicamente falando, para que sejam alcançados os propósitos expostos acima, os passos a serem executados, conforme nos parece mais produtivo, são majoritariamente de matriz teórica, comparatista e analítica, de modo a privilegiar tanto a relação entre as obras que elencamos no resumo enquanto nosso *corpus* quanto as categorias que elegemos para desempenhar nosso exercício de argumentação, há pouco também explicitadas. Orientando-nos por esses vetores e deles extraindo contribuições é que

⁷ Para mais informações, conferir Pearsall, Schwartz & Russek (2002).



ambicionamos desenvolver um estudo sobre memória, transitando principalmente, como já anunciamos, pelo escopo literário.

1 SOBRE O ESTATUTO DA MEMÓRIA: O LEMBRAR, O ESQUECER, O RECONHECER

A lembrança é o que torna significativos tanto a memória quanto o esquecimento; variáveis essas que não são diametralmente opostas nem se excluem e, sim, se configuram como estados de diferença cuja relação é, na verdade, de complementaridade. Para existir memória, é preciso que exista(m) lacuna(s), é preciso o esquecimento. Pois é a lembrança que faz da memória precisamente aquilo que ela é, a própria memória, confirmando sua essência na medida em que é dela a operação que a parcialmente recupera. Essa operação da lembrança destaca efemeramente a memória daquilo de que ela se difere, a massa do limbo que é o esquecimento, por ter sido, de uma forma ou de outra, suscitada, evocada, ao passo que os constituintes dessa massa ali permanecem, passíveis de serem conhecidos outra vez, isto é, reconhecidos e, com isso, reatualizados. E, apesar de permanecerem sob circunstâncias várias, tudo indica que, quanto menos esses constituintes são reconhecidos e, portanto, reatualizados, menos chances parecem ter de conseguir fazê-lo, já que perdem a força vital necessária para garantir seu reconhecimento, sua reatualização, seu retorno, assim como sua própria permanência. Sobre as coisas da vida, Santo Agostinho de Hipona diz: “Mas se deixar de as recordar, ainda que seja por pequeno espaço de tempo, de novo imergem e como que se escapam para *esconderijos mais profundos*.” (1980, p. 220, grifo nosso). Por isso é que lembrar é reconhecer: não há como se lembrar de algo que não se conheceu, não sendo, portanto, possível conhecer novamente por meio da memória.

Por outro lado, esse *conhecer*, esse *estar-aí* (e, para fins de reconhecimento, esse *ter-conhecido*, *ter-estado-lá* em primeira instância) de que falamos não tem a obrigação de pertencer à ordem do concreto-objetivo, da realidade material. Noutras palavras, não é preciso que tenhamos, na prática, estado na conjuntura da imagem que foi reconhecida a partir da memória e se presentificou pela lembrança senão em estado de espírito, nos posicionando como que empaticamente em abertura a ela. Não é inexoravelmente preciso que tenhamos estado em/vivido episódios como o Shoah para nos lembrarmos deles, dado que podemos conhecê-los e, por conseguinte, reconhecê-los por intermédio do outro. Se o precisássemos, mecanismos como este do testemunho, a história mesma, por exemplo, teriam efeito nulo sobre nós, uma vez que nada seria deles comunicado e, assim o sendo, incorporado. Daí temos que a condição, ao mesmo tempo, de existência, funcionamento e manutenção da memória é a de que seus constituintes façam sentido para seu detentor; de tal forma que não importa se as verdades que obtêm respaldo do

engenhos da memória tenham sido edificadas nele/dele mesmo ou comprada do outro, contanto que ele se faça disposto a abraçá-las e acomodá-las. Na apreciação conjugada de Alfredo Bosi com base nas *Memórias do cárcere* de Graciliano Ramos: “Só fica o que significa para alguém: ‘[As coisas] que esmorecem, deixá-las no esquecimento: valiam pouco, pelo menos imagino que valiam pouco.’” (1995, p. 322). Para Maurice Halbwachs, em *La mémoire collective* (1950, p. 21)⁸:

Que de fois on exprime alors, avec une conviction qui paraît toute personnelle, des réflexions puisées dans un journal, dans un livre, ou dans une conversation! Elles répondent si bien à nos manières de voir qu'on nous étonnerait en nous découvrant quel en est l'auteur, et que ce n'est pas nous. «Nous y avions déjà pensé»: nous ne nous apercevons pas que nous ne sommes cependant qu'un écho.

2 SOBRE MEMÓRIA E TESTEMUNHO: O CONHECER E O APRENDER PELO OUTRO

Em suas *Confissões*, obra que transita por e arranja preceitos da tradição filosófica grega e da religião judaico-cristã) amiúde definida por autobiografia⁹, Santo Agostinho recorre à memória para reconstituir sua peregrinação, partindo do exterior para o interior, até sua conversão ao cristianismo. Feita mediante seleção e sistematização temporalmente sequencial das imagens de seu passado, ou seja, daquilo que, não sendo presente imediato, já não é mais (e mesmo porque, para Agostinho, a memória constitui um receptáculo de imagens aptas a irromper pela vontade: “Chego aos campos e vastos palácios da memória onde estão tesouros de inumeráveis imagens trazidas por percepções de toda espécie. [...] Quando lá entro mando comparecer diante de mim todas as imagens que quero.” [1980, pp. 215-216]), essa reconstituição, na condição também de testemunho, tem como um de seus propósitos convencer e, por conseguinte, *converter* seu leitor ao seu ponto de vista (KOTZÉ, 2004).

⁸ Tradução por Laurent Léon Schaffter para a Vértice: “Quantas vezes exprimimos então, com uma convicção que parece toda pessoa, reflexões tomadas de um jornal, de um livro ou de uma conversa. Elas correspondem tão bem a nossa maneira de ver que nos espantariamos descobrindo qual é o autor, e que não somos nós. ‘Já tínhamos pensado nisso’: nós não percebemos que não somos senão um eco.” (1990, p. 47).]

⁹ Apesar de a obra encerrar uma coleção de experiências autobiográficas e ser uma oração estendida, escrita em primeira pessoa e destinada diretamente a Deus, ela não corresponde formalmente a uma autobiografia, pois, além de nela serem abordadas questões além do âmbito biográfico, como o estatuto da memória, tem como marco final a conversão de Agostinho ao cristianismo por volta dos 30 anos, casa que não ultrapassa. A íntima conversa ali estabelecida pelo autor para com seu Amado divino, mas que, ainda assim, não perde de vista seus possíveis leitores (tendo em conta o fato de ela compreender igualmente uma resposta àqueles dentro da própria Igreja em dúvida da legitimidade de sua conversão), é o quesito que faz com que tal obra seja entendida, na prática, como um *solilóquio*, recurso do qual, no formato como se apresenta (isto é: o de diálogo imaginário), Agostinho teria sido o criador. Mais referências em: Circumstances em: *Circumstances of Composition*. In: TOOM, T. (Editor). *The Cambridge Companion to Augustine's "Confessions"*. Cambridge University Press, 2020.



Pois o raciocínio de Agostinho é o de que, aquilo que ele aprendeu por experiência – aliás, o que é a experiência¹⁰, seja ela consciente, seja inconsciente, senão uma entre os filhos da memória? –, seu leitor pode aprender por meio de seu testemunho, o que nos leva à constatação da função didática da memória, ostensivamente sugerida por ele neste trecho: “É lá que estão também todos os conhecimentos que recordo, aprendidos ou pela experiência própria ou pela crença no testemunho de outrem.” (1980, p. 217).

Aproveitando que falamos dessa obra latina, vale ainda a menção de que, no latim, existem duas expressões distintas para designar aquele que testemunha. Uma delas, como já introduzimos em nota, é “*superstes*”, que corresponde a quem passa por determinada circunstância e a ela sobrevive, subsiste, se conserva, e, assim, conserva também a licença da palavra sobre ela, quer dizer, tem propriedade para dela tratar¹¹. Exemplo de *superstite* é Primo Levi, que, tendo resistido ao *Lager*, viu irreversivelmente aderir a si uma tarefa árdua, semelhante à do *Ancient Mariner* do poema de Coleridge, personagem fadada, após atirar num albatroz (evento ao qual se associam o trauma e a culpa), a (lembrar e) contar desesperada e repetidamente sua história para fins de lição àqueles, como os convidados da cerimônia matrimonial, com os quais cruza; ele testifica:

Provavo un bisogno irrefrenabile di raccontare la mia vicenda a chiunque! [...] Ogni occasione era buona per raccontare a tutti la mia vicenda; al direttore della fabbrica così come all'operaio, anche se loro avevano altre cose da fare. Ero ridotto proprio come il Vecchio Marinaio. Poi incominciai a scrivere a macchina durante la notte... Tutte le notti scrivevo, e questa veniva considerata una cosa ancora più folle! (LEVI, 1997, p. 224)¹²

A outra delas é “*testis*”, de que advém etimologicamente o termo em português brasileiro “testemunha”, correspondente a quem se configura na posição de *terceiro*, por exemplo, num processo, numa ação, numa contenda (AGAMBEN, 2008), enfim, numa conjuntura da qual também pode e tem propriedade para falar uma vez que esteve-lá, presenciou, a preservou em memória, preservou dela a memória. Colocando em perspectiva todas essas discussões, quer dizer, o que declararam Agostinho e Levi, assim como as acepções dos vocábulos latinos *superstes* e *testis* articulados a testemunho, comprovamos, para mais do que a importância, a indispensabilidade do outro na construção de sentidos nos/a partir

¹⁰ Pois, se não fosse possível revisitar, de alguma maneira, uma vivência ou uma prática, o conhecimento produzido por ela(s)/a partir dela(s), ao se perder, também perderia sua razão de ser.

¹¹ “[...] discurso de um sobrevivente, fala muitas vezes fragmentada e plena de reticências do testemunho do trauma” (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 78).

¹² Tradução por Selvino Assmann: “Sentia uma necessidade irrefreável de contar a minha história a todo mundo! [...] Toda ocasião era boa para contar a todos a minha história: ao diretor da fábrica, assim como ao operário, mesmo que eles tivessem outras coisas para fazer. Fiquei precisamente como o Velho Marinheiro. Depois comecei a escrever à máquina durante a noite... Todas as noites escrevia, e isso acabava sendo considerado uma coisa ainda mais louca.” (2008, p. 26).



dos/ao longo dos processos da vida, isso em termos não só coletivos como individuais, já que o que é do outro, como também o que é nosso, afeta o meu, ao passo que o que é meu afeta o outro, afeta o nosso. Além disso, ficou claro, nessas articulações sobre a memória (particularmente, as de Levi), que sua locução pressupõe e – mais do que isso – solicita interlocutor(es) para fazer-se.

O sobrevivente quer que reste memória, a testemunha quer que reste memória; pelo menos, é isto que inferimos da fala de Levi quando, em *Se questo è un uomo* (em específico, em seu pungente capítulo *I sommersi e i salvati*), ele interroga se convém que, de situações tão adversas e desumanas como aquelas que vivenciou e de que, por ter resistido, sobrevivido, pode falar, fique alguma memória, ao que ele mesmo replica: “*A questa domanda ci sentiamo di rispondere affermativamente. Noi siamo infatti persuasi che nessuna umana esperienza sia vuota di senso e indegna di analisi [...]*.” (p. 144)¹³. Pois é em trama que a memória vai se constituindo e, então, significa. E é graças a essa sua necessidade de interlocução que, por ela, tanto se ensina quanto se aprende. Se, hoje, conhecemos de Levi as atrocidades que experimentou e testemunhou, humanizamo-nos com elas e aprendemos a não as repetir, foi porque ele, como que numa via de várias mãos, se voltou para a memória, que, por sua vez, se valeu da linguagem e do outro para se expressar. Ampliando essas ponderações, obtemos que, se sabemos agora, foi porque souberam antes de nós, porque a memória de outros assim o possibilitou; e deste modo é que saberão depois graças à memória não apenas de ontem como de hoje, porque sabemos agora.

Nous faisons appel aux témoignages, pour fortifier ou infirmer, mais aussi pour compléter ce que nous savons d'un événement dont nous sommes déjà informés de quelque manière, alors que, cependant, bien des circonstances nous en demeurent obscures. Or, le premier témoin auquel nous pouvons toujours faire appel, c'est nous-même. (HALBWACHS, 1950, p. 5)¹⁴

Afinal (e, aqui, aludimos mesmo às palavras do próprio Halbwachs [1950]), nunca estamos sozinhos. Numa carta a seu neto publicada em 2014 no jornal *Espresso*, Umberto Eco, além de sustentar a necessidade de desenvolver a memória, entendendo a perda dela na Contemporaneidade como uma doença, também proclama uma de suas propriedades (para ele, indubitavelmente uma vantagem) que reside em ensinar a expansão cognitiva daqueles que, exercitando-a, a ela recorrem, nela se apoiam, quer em termos individuais

¹³ Tradução por Luigi Del Re: “A essa pergunta, tenho a convicção de poder responder que sim. Estamos convencidos de que nenhuma experiência humana é vazia de conteúdo, de que todas merecem ser analisadas [...].” (1988, p. 88).

¹⁴ Tradução por Laurent Léon Schaffter: “Fazemos apelo aos testemunhos para fortalecer ou debilitar, mas também para completar, o que sabemos de um evento do qual já estamos informados de alguma forma, embora muitas circunstâncias nos permaneçam obscuras. Ora, a primeira testemunha, à qual podemos sempre apelar, é a nós próprios.” (1990, p. 25).



(aquilo que importa o eu e ao eu), quer mediante o testemunho do outro, não interessando se real ou ficcional, de tal forma que seja possível, a esse seu ativador (noutras palavras, o *mnemotécnico*), viver e, assim, recordar muito mais vidas e suas particularidades que não só a(s) sua(s) própria(s). Disso tudo, isto é, encadeando os pensamentos de Agostinho, Levi, Halbwachs e Eco, temos de lição que a memória é também o que permite que nunca estejamos realmente sozinhos.

3 SOBRE MEMÓRIA E SOCIAL: O SER, O CONHECER, O RELACIONAR-SE COM O OUTRO

“L’acqua ha fin dall’origine colori sempre cangianti, ma belli e puri; sottoterra passa scorrendo in svariati punti dove di tanto in tanto nell’acqua confluiscono delle materie coloranti; lo stesso accade con ogni diramazione e con ogni sorgente. Ogni afflusso altera il colore del corso d’acqua per un tratto, e questo tratto conserva tale colore durevolmente [...]”

— GIORGIO PASQUALI
(*Storia della tradizione e critica del testo*)¹⁵

É que os processos pelos quais nós fomos e somos constituídos, os procedimentos pelos quais ativamente nos constituímos, com efeito, não são estáticos, tampouco compete à ordem da estaticidade a própria composição da memória. O movimento, na prática, é o contrário, uma vez que dialógico, o que nos remete às reflexões de Mikhail Bakhtin em *Marxismo e filosofia da linguagem*¹⁶ e *Problemas da poética de Dostoiévski*. Em contraste com a história, que a metáfora halbwachsiana dispõe como epitáfio, na medida de uma instituição que nutre para com os objetos do passado uma relação inorgânica, a memória tanto se constrói quanto afirma sua razão e sua condição de ser *na* e *pela* interação, *no* e *pelo* diálogo, fatores estes sempre vivos, mesmo porque, além de nunca estarmos, também nunca nos fazemos sozinhos. Nesta linha de pensamento, a exclusividade não existe senão enquanto falácia, pois é por intermédio, por ação e com o suporte do outro que geramos aquilo que chamamos de nosso, a saber, a concepção que temos sobre o mundo e as coisas do mundo; mais especificamente, é nessas circunstâncias que se dá a constante montagem de nossa memória. Isso significa que é necessariamente numa rede de contaminação pelo social que se situa o individual. Evidentemente, de todos esses enredamentos, não

¹⁵ Tradução nossa: “A água tem, em sua origem, cores sempre cambiantes, mas belas e puras; no subsolo, passa fluindo em vários pontos de tal modo que, de vez em quando, algumas matérias corantes nela deságuam; o mesmo acontece com todas as ramificações e com todas as fontes. Cada afluxo altera a cor da corrente d’água num trecho, e esse trecho retém essa cor de forma duradoura [...]”

¹⁶ Não trataremos (embora nos façamos cientes) da discussão sobre a autoria/coautoria/não autoria das obras frequentemente admitidas como sendo bakhtinianas.



podemos desconsiderar o conceito “cultura”, pensando, sobretudo, na interação que enseja entre pessoas, seja num contexto fixo, seja num fluido, já que ela toma sua parte junto à linguagem e à história na construção da memória. Donde, no tangente a essa última (e, em termos gerais, a isso tudo), também seja posta à mesa a questão da identidade, que se constitui a partir de interrelações, obtém significado de fatores culturais e, por isso mesmo, tal como explanou Stuart Hall, “[...] não é tão transparente como pensamos. É uma produção que nunca se completa, está sempre em processo.” (1996, p. 68). Ou seja, não se trata senão de um complexo sistema de irrigação.

Já que abordamos o quesito histórico, é oportuno demarcar, ainda em consonância com Halbwachs (1950), que é pela recolhida de testemunhos, os quais precisam satisfazer-se entre si, isto é, conversar para configurar um conjunto expressivo e crível, que ela vai sendo recomposta. E é pelo fato de a história não ser nem poder ser única, ainda que assim se pretenda ou pretendam os que dela se ocupem, que sua recomposição se dá tanto no sentido de restauração do que já foi, do descontinuado, quanto no sentido e na necessidade de reajustes, em função do caráter plural do social, visando a atender e compreender muitos outros mais. Ao levarmos em conta, finalmente, o entrecruzamento de múltiplos planos que estão associados, agem sobre e sofrem a ação da memória (Pêcheux [1999, p. 50] assim exemplificaria: a esfera mítica, a “social inscrita em práticas”, a construção do historiador *etc.*) fica a nós deveras evidente o que Halbwachs (1950) quis dizer ao nos assimilar enquanto *eco*. Sujeitos que se formam porque ecoam o outro, existem porque se entrelaçam com ele em língua, em história, em memória. Essas instituições, assim como a tradição a que elas, como que em uníssono, dão vez, são, então, como a água do rio em curso do enunciado de Pasquali que abriu esta seção, trazendo sempre consigo *os sabores das pedras* por onde ela passou.

4 SOBRE MEMÓRIA E RETÓRICA: A ARS E OS TOPOI DA MEMÓRIA

Aproveitemo-nos da referência ao vínculo entre língua e memória para evidenciar a importância que tem nele, bem como na própria organização da memória, o domínio do retórico-discursivo. Em primeiro lugar, devemos observar que não há relações éticas que não se façam permeadas de/não comportem fatores real ou potencialmente transcendentais da realidade do *aqui-e- agora*. O discurso, ao permitir ao homem a faculdade de transitar por entre as dimensões do presente, do passado e do futuro, graças ao que ele se diferencia dos outros animais, é também o que viabiliza a existência de aparatos como o da história e do testemunho; pois é recorrendo a ele que, para mais que poder *conhecer* (e *reconhecer* pela memória) realidades que não verificou objetivamente,



pelo notório fato de serem elas incontáveis em tempo e espaço, muito além daquelas a que ele se faz restrito, o homem é também capaz de interagir com elas.

É propício pontuar que, dentro da concepção retórica greco-romana, a invenção (*euresis*, em grego; *inuentio*, em latim), por exemplo, de um discurso corresponde ao ato de encontrar, achar (o que não significa descobrir o inédito – um parecer que é, ao escopo deste estudo, muito significativo), na memória (e daí a *mnemotechné*, a *ars memoriae*), lugares físicos imaginários (os *topoi* gregos e *loci* latinos) (HANSEN, 2012), socialmente aceitos como verossímeis (ou seja, semelhantes à verdade) e que, por isso mesmo, tornam prováveis as causas tratadas: “pois, quanto mais vezes um [fato] acontece e acontece do mesmo modo, tanto mais provável será” (ARISTÓTELES, 2005, p. 236; 2, 25, 1403a). Ocorre que, para Cícero, esses lugares pertinentes ao coletivo, quando postos em ordem, contribuem precisamente para *clarificar* a memória; esse filósofo, inclusive, transpõe a percepção aristotélica de *topoi* à prática da oratória forense romana, os tomando enquanto *sedes argumentorum*, quer dizer, sedes (*loca*) das quais os argumentos são extraídos para constituir o discurso. De acordo com Hansen (2012; 2013), nesta perspectiva, são sempre dois discursos em um, tendo por base o procedimento que toma uma *quaestio infinita* (no sentido de geral, ilimitada, de natureza teórica e com abordagem abstrata), que é um lugar-comum genérico, coletivo, e a converte em uma *quaestio finita* (uma *causa particularis*, de natureza prática e tratamento concreto), outro lugar-comum, mas mais específico. Isto é, temos, aqui, uma via de mão dupla em que o papel do outro é fundamental: eu busco na memória para compor o discurso, mas, por outro lado, a memória pode se potencializar quando sistematizados os argumentos que lá encontro para fazê-lo. E o que há, em minha memória e meu discurso, senão também verdades – que, não sendo únicas, absolutas nem irreparáveis, vigoram tão só entre “as leituras possíveis dos homens e dos fatos” (BOSI, 1995, p. 320) – chegadas do outro, prismadas e refletidas por mim?

Com essa breve retomada de pensadores e preceitos da retórica clássica, queremos enfatizar, efetivamente, como tanto a constituição quanto a arte do discurso e da memória importam o outro, que se lhes representa, como já viemos demonstrando, uma condição de existência, dada a impraticabilidade de que sejam e procedam por si. Lembremo-nos de que os sujeitos se fazem em interdependência, em constante articulação social, ou seja, numa rede perene de iluminação mútua. Meu discurso, amparando-se em minha memória (em que estão alojados e conformados coeficientes individuais e coletivos, cujos limites, muitas vezes, se borram, confundindo-se [HALBWACHS, 1950]), é formulado sempre resgatando, reverberando e transmitindo o outro e seu(s) discurso(s), pelo que o conceito de original desvanece. Minha memória, a cujas imagens o aparelho discursivo oferece assistência ao lhes (poder) atribuir narrativas, constitui-se uma vez que pertença



(também considerando que ninguém se encontra tampouco se conserva num completo vazio), pela simples circunstância de que eu existo na medida em que outros – outrora compositores e perpetuadores das verdades que a mim, porque as endosso, cabe, hoje, também compor e perpetuar ao porvir – existiram e existem. Não há *eu* sem o *outro*. E essa cláusula é extensiva ao regime da memória e do discurso.

Já que tocamos na questão da verdade, sinalizemos, então, que as *Confissões* de Agostinho compreendem sua defesa do abandono do aporte no materialismo e a admissão de que é na espacialidade interior que se pode localizar a verdade das coisas (e) do mundo, a saber, a verdade de/que é Deus. E, a fim de apreender essas verdades, alcançá-lo, entrar em comunhão com Ele no âmago de seu ser (posto que, como expusemos, o campo dessas ações é interior), o autor declara investir-se numa jornada até a memória, que é onde (!) pode assim fazê-lo, quer dizer, efetuar tais empresas, mas também o reconhecimento (o conhecer-novamente) de Deus; aqui, topamos com a memória disposta em metáfora espacial, em atenção às expressões “subindo por degraus” rumo a ela e “campos e vastos palácios” que são dela entendidos como correspondentes, bem como à passagem “Lá se conservam distintas e classificadas todas as sensações que entram isoladamente pela sua porta.” (AGOSTINHO, 1980, pp. 215-216), com o vocábulo “porta” colocando diante de nós o sentido concreto-material de uma construção. “Tudo isto realizo no imenso palácio da memória”, ele diz (1980, p. 217), onde “[...] estão presentes o céu, a terra e o mar com todos os pormenores que neles pude perceber pelos sentidos, exceto os que já esqueci”, o que, inclusive, ressalta o fato de que a realidade só se faz passível de ser acessada e, por consequência, significada se, quando e porque prismada pelos sentidos, cujas impressões e percepções que formam (a partir) dela a memória fundamenta e respalda, onde entra o conceito de experiência, isto é, o saber-fazer algo por já tê-lo feito antes – “Deste conjunto de [ideias], tiro analogias de coisas por mim experimentadas ou em que acreditei apoiado em experiências anteriores. Teço umas e outras com as passadas.” (AGOSTINHO, 1980, p. 217) –. Dando prosseguimento à atribuição de um caráter espacial à memória, o filósofo defende que essas impressões e percepções assim existem, se o tornam, porque, antes de se verter para imagens ou se conservar por si mesmas, passaram pelas “portas do corpo”, noutras palavras, foram captadas pelos sentidos, ficando elas entregues como que a um “depósito” do espírito (este, para ele, equivalendo à memória), amiúde, “escondidas em concavidades secretíssimas” (AGOSTINHO, 1980, p. 219), a fim de que sejam retiradas ou conforme ditar a vontade, ou com amparo alheio a si.

Coadunando concepções da retórica clássica e da filosofia agostiniana, chegamos ao juízo do ingressar e do percorrer lugares físicos imaginários, engendrados com auxílio



do outro, para fins seja de rememoração pura, de fatura discursiva, de testemunho etc., na medida em que a eles estão vinculadas na memória imagens que, por sua vez, carregam consigo ideias detentoras de seu sentido efetivo. Do ponto de vista de Cícero, é preciso, primeiramente, fazer imagens das coisas que se quer guardar em memória e, em seguida, ordenar essas coisas transpostas em imagens em diversos lugares interligados, tais como os cômodos de uma casa, porque, desta forma, a ordem dos lugares fará lembrar a ordem das próprias coisas. É nisso que consistiria a arte da memória, cujo pioneiro, vale citar, é admitido na tradição – isso em função de um desastre ao acaso – como sendo Simônides de Ceos. Consta¹⁷ que esse poeta grego foi o único sobrevivente do desabamento de uma construção romana, na ocasião de um banquete feito para celebrar o triunfo do pugilista Skopas, pelo que foi, por conseguinte, convocado para identificar os corpos das vítimas. Sucedeu-se que, uma vez frustrada a tentativa de identificação por estarem essas vítimas irreconhecíveis debaixo dos destroços, a solução que encontrou Simônides, da ordem da memória, foi discerni-las recapitulando o *lugar* físico ocupado por elas instantes antes da tragédia, isto é, seguindo uma lógica em que cada convidado lá presente foi combinado a um *locus*.

A memória topográfica é também antes de mais nada uma memória imagética: na arte da memória conectam-se as [ideias] que devem ser lembradas a imagens e, por sua vez, essas imagens a locais bem conhecidos. Aquele que se recorda deve poder percorrer essas paisagens mnemônicas descortinando as [ideias] por detrás das imagens. (SELIGMANN-SILVA, 1999, p. 46)

Neste sentido, além de sublinhar o liame entre memória e espaço, o crítico também registra o liame entre memória e catástrofe, chamando atenção para a etimologia do termo “esquecer”, derivado do “*cadere*” latino, que significa cair. O que está diretamente ligado ao infortúnio de Simônides, ao seu recorrer (a) *loca* guardados na memória para dar a ele uma resolução e à consecutiva configuração de uma arte graças à qual, mais amplamente falando, se torna possível solucionar incidentes e acidentes da vida: “o desmoronamento apaga a vida, as construções, mas também está na origem das ruínas – e das cicatrizes. A arte da memória [...] é uma arte da leitura de cicatrizes.” (SELIGMANN-SILVA, 1999, p. 46). De nossa parte, acrescentemos, por fim, que, embora a noção de escombros tanja às de destruição, decomposição, desvanecimento – e, a respeito da possibilidade mesma de degradação (e, portanto, pertencimento ao limbo que é o esquecimento) dos escombros na/da memória, convém a seguinte assertiva de Halbwachs: “*Il n’y a pas lieu d’ailleurs de s’étonner de ce que ces souvenirs s’abolissent ainsi tous à la fois et s’abolissent seuls.*” (1950, p.

¹⁷ Entre os autores que a ele (e ao lance que lhe concerne) aludiram, estão Cícero, Quintiliano e La Fontaine.



11)¹⁸ –, ela também o faz com as de reconstrução, recomposição, reatualização. Disto, fica que lembrar implica o trabalho do restaurador, lembrar é adentrar um palácio ruinforme, explorá-lo, escavá-lo, se necessário, em busca dessas imagens-destroços e, ao encontrá-las, reorganizá-las, dispô-las num arranjo que tenha e faça sentido, a fim de que sejam lidas, leitura essa em função do fato de que elas significam e são (pelo *eu*, pelo *nós*) significadas.

5 SOBRE MEMÓRIA E IMAGEM: O ASPECTO IMAGÉTICO DA LEMBRANÇA

É graças à memória que as coisas passadas se fazem no presente. No tratado *De memoria et reminiscentia* aristotélico, a memória é tomada enquanto arquivo de imagens mentais formuladas a partir de impressões sensoriais sobre o que, por ter deixado de ser apercebido prontamente como presente, pertence à ordem do passado, donde seu aspecto temporal. Já segundo a teoria do triplo presente agostiniana, que interpreta, sob o conceito de distensão, os tempos pela instantânea impressão que as coisas, quando passam, gravam no espírito (sendo o futuro sentido no presente pela espera, pela antecipação; ao presente, cabendo a sensação do agora; e sendo o passado sentido no presente pela memória), uma das categorias de componentes da memória é a de imagens do sensível, posto que lá não podem ser armazenadas, obviamente, as próprias coisas, uma vez sentidas, a partir de que se formaram tais imagens; a outra delas, a título de informação, é a de noções que, embora apreendidas primeiramente por algum sentido (pois tudo, na verdade, o é), se apresentam sem ser por imagens, isto é, se apresentam elas mesmas à memória, as chamadas ideias inatas, intelectuais. Disso, tiramos que só existem, nos receptáculos da memória, imagens do que foi assimilado por algum sentido: “[...] residem em mim, não os próprios objetos, mas as suas imagens. Conheço com que sentido do corpo me foi impressa cada imagem.” (AGOSTINHO, 1980, p. 218).

É dessas imagens que são feitas as lembranças, solução pela qual o espírito pode consultar e repassar o ausente. Já a essas lembranças, que resgatam as imagens do sensível do arquivo (ou receptáculo, palácio, campo, armazém, esconderijo, antessala, tesouro *etc.* – pois, como notamos, são múltiplas as analogias de espacialidade) que é a memória e as transformam em linguagem, não compete o poder de perturbar/alterar aquele de quem são próprias na mesma proporção verificada quando do presente de que tais imagens se fizeram, pela simples razão de que lembrar não implica reviver. Noutras palavras, só por rememorar o que vi, ingeri, escutei, cheirei, aquilo em que toquei, não vejo, ingiro, escuto, cheiro, toco de novo. Ou, mesmo, lembrar da morte de um ente querido pode até ensejar um estado de tristeza, mas não exatamente traz a tristeza sentida como no momento em que a morte acabara de se fazer presente e a(s) lembrança(s), de ser(em) feita(s). E, se por

¹⁸ Tradução por Laurent Léon Schaffter: “Não há motivo, aliás, para se espantar caso essas lembranças se diluam todas ao mesmo tempo e se anulem.” (1990, p. 33).



um lado, lembrar não faz acontecer (e, portanto, sentir tal e qual) novamente, também não modifica ou anula *per se* [quer dizer, só pelo próprio ato de lembrar, não são modificados ou anulados] as sensações/os sentimentos vivenciados. Isso porque, embora a lembrança possa trazer sensações e sentimentos outros, o que já foi segue cristalizado, o passado não pode ser alterado.

6 SOBRE MEMÓRIA, SINESTESIA, ACASO: QUANDO O SENTIDO PROVOCA A LEMBRANÇA AU HASARD

O real está sempre perdido. Até por isso, o produto de qualquer tentativa de fazer da experiência linguagem já seja, ele mesmo, ficção. Não obstante, podemos recuperar, sim, pela memória, o que, da realidade, absorvemos como sendo noções (como que puras e autônomas, já que por si próprias) intelectuais, derivadas das Ciências e das Artes, ou captamos pelos sentidos e, com isso, transformamos em imagens que assomam enquanto lembranças, mas também em impressões e percepções que, conglomeradas, constituem precisamente aquilo (o todo) que somos. E é também em vista de tudo isso que podemos dizer que as verdades fundamentadas nas quais existimos – muito embora os termos que as integram possam ser, amiúde, coletivamente compartilhados – não são nem podem ser universais, porque dependentes das formas e das condições como individualmente (e tão somente assim) são incorporados e articulados seus significantes. Cada memória equivale a um mosaico único de noções, imagens, impressões e percepções construídas do passado. É donde vemos, certas (isso para não dizer muitas) vezes, não conversarem entre si uns e outros relatos de memória com um recorte comum (o que é especialmente válido para o caso da memória dos traumas, na medida em que eles são sentidos de maneiras diferentes, específicas, ímpares, por sujeitos diferentes, específicos, ímpares), seja ele um ponto, um fenômeno, um evento *etc.* E, que fique claro: evitamos, aqui, o uso do vocábulo “mesmo” posto que, na prática, nunca se trata de um ‘mesmo’ ponto, um ‘mesmo’ fenômeno, um ‘mesmo’ evento *etc.*, isso dentro dessa lógica já mencionada conforme a qual os homens prismam e refletem muito particularmente as ocorrências da vida, sob a influência de um conjunto, também já mencionado, de fatores múltiplos, que não reincidentem nem ressoam identicamente. Fiske e Taylor¹⁹ argumentam justamente que fatores como a atividade e nosso próprio movimento na condição de seres humanos criam um cenário de diferenças pessoais na reação a múltiplas circunstâncias, entre eles, a traumática: “*Persistent differences in what is primed by a person’s typical situation may lead to individual differences in what is chronically accessible for different people.*” (2008, p. 156).

¹⁹ Tradução nossa: “Diferenças persistentes no que é prismado por uma situação típica a uma pessoa podem levar a diferenças individuais no que é cronicamente acessível para diferentes pessoas.”.



Em *I sommersi e i salvati*, obra que aborda a questão do testemunho (tanto o integral, que corresponderia aos afogados, aqueles que conheceram o fundo do abismo, os graus mais avançados da monstruosidade humana [donde o seguinte questionamento à guisa dos feitos por este autor: seriam quer aqueles capazes de cometê-la, quer aqueles dela vítimas ainda e genuinamente dotados de *humanidade?*] e não retornaram, quanto o parcial, que corresponderia aos salvos, aqueles que também adentraram o abismo, viram radicalizadas a potência e a ação da faculdade da barbárie que é do homem peculiar, mas, por algum motivo (às vezes, sendo ele puro acaso), conseguiram dali sair, para contar de si e daqueles que não o puderam fazer), Levi (1986, p. 14)²⁰ expõe exatamente isto:

Lo sanno bene i magistrati: non avviene quasi mai che due testimoni oculari dello stesso fatto lo descrivano allo stesso modo e con le stesse parole, anche se il fatto è recente, e se nessuno dei due ha un interesse personale a deformarlo. [...] Si conoscono alcuni meccanismi che falsificano la memoria in condizioni particolari: i traumi, non solo quelli cerebrali; l'interferenza da parte di altri ricordi «concorrenziali»; stati anormali della coscienza; repressioni; rimozioni. Tuttavia, anche in condizioni normali è all'opera una lenta degradazione, un offuscamento dei contorni, un oblio per così dire fisiologico, a cui pochi ricordi resistono.

Portanto, serão tantas versões de tudo o que, de humano ou, vide tragédias como a Shoah, desumano, há quanto de indivíduos, com suas devidas cosmovisões e memórias, para assimilá-los. É disso que Graciliano Ramos, em suas *Memórias do cárcere*, erguidas em função de ter sido declarado suspeito e ter sido acusado de se envolver na malsucedida Intentona Comunista de 1935, também nos dá pistas:

Não resguardei os apontamentos obtidos em largos dias e meses de observação: num momento de aperto fui obrigado a atirá-los na água. [...] Mas que significa isso? Essas coisas verdadeiras podem não ser verossímeis. E, se esmoreceram, deixá-las no esquecimento: valiam pouco. Outras, porém, conservaram-se, cresceram, associaram-se, e é inevitável mencioná-las. Afirmarei que sejam absolutamente exatas? Leviandade. [...] Estarei mentindo? Julgo que não. Enquanto não se reconstituírem as sílabas perdidas, o meu boato, se não for absurdo, permanece, e é possível que esses sons tenham sido eliminados por brigarem com o resto do discurso. Quem sabe se eles aí se encaixaram com intuito de logro? Nesse caso havia conveniência em suprimi-los, distinguir além

²⁰ O título do qual o excerto seguinte foi extraído não conta com a indicação do ano em que foi publicado porque se trata de edição eletrônica. Disponível em: bit.ly/3eL0kjE. Acesso em 11/06/2021.

Tradução por Luiz Sérgio Henriques para a Paz & Terra: “Sabem-no bem os magistrados: quase nunca sucede que duas testemunhas oculares do mesmo fato o descrevam do mesmo modo e com as mesmas palavras, ainda que o fato seja recente e nenhum dos dois tenha interesse em deformá-lo [...]. Conhecem-se alguns mecanismos que falsificam a memória em condições particulares: os traumas, não apenas os cerebrais; a interferência de outras recordações ‘concorrentes’; estados anormais da consciência; repressões, recalques. Todavia, mesmo em condições normais, desenrola-se uma lenta degradação, um ofuscamento dos contornos, um esquecimento por assim dizer natural, a que poucas recordações resistem” (2016, p. 17).



deles uma verdade superior a outra verdade convencional e aparente, uma verdade expressa de relance nas fisionomias. Um sentido recusou a percepção de outro, substituindo-a. Onde estará o erro? Nesta reconstituição de fatos velhos, neste esmiuçamento, exponho o que notei, o que julgo ter notado. Outros devem possuir lembranças diversas. Não as contesto, mas espero que não recusem as minhas: conjugam-se, completam-se e me dão hoje impressão de realidade. (1981, pp. 36-37)

É que, mesmo estando o real sempre perdido, conseguimos recompor e interpretar a realidade pelos retalhos que, ingressados e tendo seu valor comunicado pelos sentidos, dela, funcionando como uma perene, complexa e escorregadia colcha, é capaz de a nós fornecer, por exemplo, a memória. Por vezes, é mérito primordial de elementos externos evocar uma ou mais imagens, (isto é,) uma ou mais lembranças; e primordial visto que não é neles que se localizam as verdades que significam, tanto por isso é que elas não são, como anunciamos há pouco, universais, pois, se assim o fosse, tudo significaria sempre a mesma coisa para todos – e sabemos que isso não procede (tampouco poderia). Inclusive, no tocante a esses elementos externos, Marcel Proust, em *À la recherche du temps perdu*, nos informa sabiamente de uma crença céltica segundo a qual as almas dos entes que já foram ficam perdidas porque confinadas em algum animal, algum vegetal, algum objeto, enfim, alguma instância que não humana, até que (muitas vezes, por obra do acaso) de lá as libertemos ao reconhecê-las: “*Alors elles tressaillent, nous appellent, et sitôt que nous les avons reconnues, l’enchantement est brisé.*” (p. 94)²¹. Mas isso, nos diz o autor, pode nem chegar a acontecer, já que é destarte que opera tudo aquilo que está subordinado ao acaso. Similarmente se dá quando em nossa busca de algum constituinte do passado, pois ele pode estar fora de nosso domínio intelectual (e, com isso, tal busca se confirma vã), a saber, situar-se, como na crença céltica, em um ou mais elementos materiais e externos a nós, pelo que sua manifestação reveladora se mostra condicionada à presença/ocorrência desse(s) elemento(s), a uma favorável série de fenômenos/eventos da realidade concreta a englobá-lo(s), ocasioná-lo(s), além de estar em questão a própria contingência de que possamos/saibamos, graças a esse(s) elemento(s), discerni-lo. Conforme nos parece, um dos argumentos de Proust nesse romance é justamente o de que, numa relação de analogia à crença céltica supracitada, as “almas” de seu passado estavam depositadas em instâncias das quais ele teve ciência e as quais ele liber(t)ou ao acaso. No propósito de reconhecer essas almas (as suas almas) e, com isso, se reconhecer, isto é, se conhecer novamente pela memória, re(a)ver o que dele já foi e está “perdu” (pois *contido* em alguma instância), as diligências às quais ele se presta são de entregar-se, abrir-se para as eventualidades a que

²¹ O título do qual dado excerto foi extraído não conta com a indicação do ano em que foi publicado porque se trata de edição eletrônica. Disponível em: bit.ly/3fRX6LW. Acesso em 12/06/2021. Tradução por Fernando Py: “Então elas palpitam, nos chamam, e tão logo as tenhamos reconhecido o encanto se quebra.” (1994, p. 27).



tais instâncias podem vir associadas (e, portanto, abrir-se para as possibilidades como que epifânicas de revelação e [re]encontro), atentar-se, perceber(-se), aperceber por ensejo dos termos das equações da vida as suas próprias verdades. Confiar no acaso.

Recapitulando: esses elementos externos, então, suscitam, desencadeiam, mas não respondem. Isso porque a resposta não está no que nos ocorre, mas, sim, no efeito (ou, se quisermos, no afeto) causado em nós. E, como ilustram o romance e até mesmo a empresa de Proust (que é *resgatar-se* ao emancipar as “almas” de seu passado das/a partir das/por obra das instâncias da vida, em que seu confinamento representa olvido, logo, ausência – “*Mort à jamais? C’était possible.*” [p. 94] –), acontece de o arranjo de acaso e sinestesia trazer o passado do esquecimento, *id est*, ele tornar a ser lembrado. Num lindo excerto da obra, Proust nos dá a conhecer como o acaso, na situação em que, contrariamente a seus costumes, aceitou de sua mãe, num sombrio dia de inverno, a oferta do combo chá e *petit madeleine*, desbloqueou, devido à ocorrência da combinação específica desses elementos externos, a lembrança de sua tia Léonie lhe dar o mesmo bolinho mergulhado em um chá (da Índia ou de tília), isso ao cumprimentá-la em seu aposento às manhãs de domingo em Combray. A seguir, o relato de sua sensação, cujo caráter de surpresa e extraordinariedade ele, em um primeiro momento, confuso, não obstante, feliz, não sabia nem tinha a que atribuir: “*Un plaisir délicieux m’avait envahi, isolé, sans la notion de sa cause. Il m’avait aussitôt rendu les vicissitudes de la vie indifférentes, ses désastres inoffensifs, sa brièveté illusoire, de la même façon qu’opère l’amour, en me remplissant d’une essence précieuse [...]*” (PROUST, pp. 95-96)²². Alinhando-nos ao que argumentamos, a verdade encontrada pelo autor não estava no chá, na madalena ou no arranjo desses mesmos elementos, mas, sim, no afeto impresso em seu espírito pela afável ação de sua tia Léonie e criptografado por esse exato arranjo; isso porque, *lembremos*, a este cabia tão somente promover, graças à entrada pelos sentidos (no caso, o paladar), o convite, o chamado, excitar a resposta, a verdade, assinalar [até então] a anuviada existência dela(s), residente no espírito – o qual: “[...] *lui, le chercheur, est tout ensemble le pays obscur où il doit chercher et où tout son bagage ne lui sera de rien. Chercher? Pas seulement: créer.*” (PROUST, p. 97)²³ –, e, não, desvendar, esclarecer, deslindar. Pois o que entra não significa em si mesmo, não significa sozinho. Nem poderiam fazê-lo as coisas do mundo, tudo aquilo que é conhecido. Prova disto é que Proust expõe ter visto madalenas em confeitarias inúmeras vezes, em nenhuma das quais experimentando a manifestação afetuosa de outrora. O que sublinha, para este tipo de

²² Tradução por Fernando Py: “Invadira-me um prazer delicioso, isolado, sem a noção de sua causa. Rapidamente se me tornaram indiferentes as vicissitudes da minha vida, inofensivos os seus desastres, ilusória a sua brevidade, da mesma forma como opera o amor, enchendo-me de uma essência preciosa [...]”. (1994, p. 28).

²³ Tradução por Fernando Py: “[...] ele, o pesquisador, é ao mesmo tempo a região obscura que deve pesquisar e onde toda a sua bagagem não lhe servirá para nada. Procurar? Não apenas: criar.” (1994, p. 28).



manifestação, a necessidade da identidade (quer dizer, o que é sempre idêntico a si próprio) do elemento estimulante ou do arranjo deles; o que sublinha a especificidade dos sentidos – isso nas grandes e várias acepções que acomoda o termo, mas, em especial, as de sensação e entendimento –. É sobre o espírito escolher aquilo que lhe serve.

E o curioso é que o autor, antes desse acontecimento luminoso, afirma ter mantido, de Combray, lembranças limitadas, respeitantes ao teatro e ao que ele entende como sendo *“le drame de mon coucher”* (isto é, *o drama de seu deitar*); e luminoso no sentido de que essa conjuntura de ocorrência conjunta e sensivelmente significativa de chá e *madeleine* jorrou, num movimento gradativo, luz numa Combray até então perdida porque olvidada, que veio se desapossando de sua força de permanência e expansão e, inversamente e por causa disso mesmo, veio sendo obscurecida com/pelo tempo. E, de maneira a, inclusive, retomar discussões que viemos fazendo, podemos entender, aqui, a representação espacial da memória como sendo radicalizada, a saber, num duplo enfoque metafórico, em que o autor, em eufórica virtude das circunstâncias, adentra o *palácio* da memória e, com isso, chega a uma velha, porém, paradoxalmente nova Combray. Sobre isso, prestemos atenção nas expressões a seguir, em que o lembrar é pensado por Proust, numa conotação espacial, como uma espécie de escavação, isto é, em que vemos a noção de remover obstruções em torno de imagens do sensível soterradas (pp. 98-99, grifo nosso²⁴): *“j’écarte tout obstacle”*; *“je sens tressaillir en moi quelque chose qui se déplace, voudrait s’élever, quelque chose qu’on aurait désancré, à une grande profondeur; je ne sais ce que c’est, mais cela monte lentement; [...] j’entends la rumeur des distances traversées”*; *“Arrivera-t-il jusqu’à la surface de ma claire conscience, ce souvenir, l’instant ancien que l’attraction d’un instant identique est venue de si loin solliciter, émouvoir, soulever tout au fond de moi?”*.

Da centelha inicial em diante, num processo não imediato (pelo contrário, o autor imprime esforços – a princípio, inócuos, mas ainda assim – para decifrar a interrogação) e cujas etapas acompanhamos, os fragmentos (ou, se quisermos, retalhos, mosaicos *etc.*) da memória de Proust começam a (re)aparecer, se reunir, constituir e, por consequência, fazer crescer Combray:

Et dès que j’eus reconnu le goût du morceau de madeleine trempé dans le tilleul que me donnait ma tante (quoique je ne susse pas encore et dusse remettre à bien plus tard de découvrir pourquoi ce souvenir me rendait si heureux), aussitôt la vieille maison grise sur la rue, où était sa chambre, vint comme un décor de théâtre s’appliquer au petit pavillon

²⁴ Tradução por Fernando Py: “afasto todos os obstáculos”; “sinto palpitar em mim algo que se desloca, desejaria elevar-se, algo que teria se soltado a uma grande profundidade; não sei o que é, mas aquilo sobe devagar; [...] ouço o rumor das distâncias atravessadas.”; “Será que vai chegar até a superfície de minha clara consciência, essa lembrança, o instante antigo que a atração de um instante idêntico veio de tão longe solicitar, comover, erguer do fundo de mim?” (1994, p. 28).



donnant sur le jardin, qu'on avait construit pour mes parents sur ses derrières (ce pan tronqué que seul j'avais revu jusque-là) ; et avec la maison, la ville, la Place où on m'envoyait avant déjeuner, les rues où j'allais faire des courses depuis le matin jusqu'au soir et par tous les temps, les chemins qu'on prenait si le temps était beau. Et comme dans ce jeu où les Japonais s'amuse à tremper dans un bol de porcelaine rempli d'eau de petits morceaux de papier jusque-là indistincts qui, à peine y sont-ils plongés s'étirent, se contournent, se colorent, se différencient, deviennent des fleurs, des maisons, des personnages consistants et reconnaissables, de même maintenant toutes les fleurs de notre jardin et celles du parc de M. Swann, et les nymphéas de la Vivonne, et les bonnes gens du village et leurs petits logis et l'église et tout Combray et ses environs, tout cela qui prend forme et solidité, est sorti, ville et jardins, de ma tasse de thé. (pp. 100-101)²⁵

Vale ainda acrescentar, finalmente, que a ascensão de Combray implica sua recriação, sua reatualização, sua ressignificação, pois foi com os olhos do presente (ou seja, os olhos de um outro Proust que não mais dela residente, mas, sim, mais velho e, portanto, portador de outras vivências e experiências, graças ao que toda essa constelação da qual a comuna é fator nuclear e desencadeante logra novos sentidos) que ela foi acessada. Aquele que atravessa uma porta nunca volta o mesmo. Das belezas e dos mistérios da vida, todo este movimento de um chá e uma madalena.

7 SOBRE MEMÓRIA E (RE)ATUALIZAÇÃO: O PASSADO SIGNIFICA O PRESENTE, O PRESENTE SIGNIFICA O PASSADO

Pois, tão logo ocorre, já é passado. E o acesso ao passado fica sempre a cargo do presente. Em contrapartida, sem passado, o presente acaba despojado de lógica. Não à toa um dos sintomas de indivíduos com quadro clínico de perda de memória seja a dificuldade de se localizar, isso não só em termos de tempo e espaço, mas também de atribuir sentido às circunstâncias da vida. Não fosse pela memória, como bem notado por Agostinho, nem nossos nomes saberíamos pronunciar.

Memória e esquecimento (e, aqui, estamos na contramão de um equívoco popular) não podem ser opostos, como já dissemos anteriormente, considerando que concernem a uma mesma instância. Isso pois eles não têm existência independente, não havendo um fator sem o outro. Suponhamos sua independência (a saber, por exemplo, que a memória

²⁵ Tradução por Fernando Py: “E logo que reconheci o gosto do pedaço da madeleine mergulhado no chá que me dava minha tia (embora não soubesse ainda e devesse deixar para bem mais tarde a descoberta de por que essa lembrança me fazia tão feliz), logo a velha casa cinzenta que dava para a rua, onde estava o quarto dela, veio como um cenário de teatro se colar ao pequeno pavilhão, que dava para o jardim, construído pela família nos fundos (o lanço truncado que era o único que recordara até então); e com a casa, a cidade, da manhã à noite e em todos os tempos, a praça para onde me mandavam antes do almoço, as ruas aonde eu ia correr, os caminhos por onde se passeava quando fazia bom tempo. E como nesse jogo em que os japoneses se divertem mergulhando numa bacia de porcelana cheia de água pequeninos pedaços de papel até então indistintos que, mal são mergulhados, se estiram, se contorcem, se colorem, se diferenciam, tornando-se flores, casas, pessoas consistentes e reconhecíveis, assim agora todas as flores do nosso jardim e as do parque do Sr. Swann, e as ninfeias do Vivonne, e a boa gente da aldeia e suas pequenas residências, e a igreja, e toda Combray e suas redondezas, tudo isso que toma forma e solidez, saiu, cidade e jardins, de minha xícara de chá.” (1994, p. 29).



pudesse existir por si mesma): logo, tudo seria memória, de tal forma que ela perderia sua essência, seu diferencial, que é sua evocação, sua suscitação pela operação da lembrança, pois não haveria do que ser evocada, suscitada. Noutras palavras, não existe possibilidade de resgate se não existir sequestro, numa mesma lógica segundo a qual a volta pressupõe a ida. A independência anula ambas as matérias.

De forma similar, procedem passado e presente. Sem o passado, não assimilamos o presente; sem o presente, não existe sequer passado. A interdependência se faz também aqui. Vimos que o Proust que saboreia epifanicamente o arranjo de chá e *petit madeleine* não é mais o mesmo que codificou, que significou esse arranjo com o afeto da tia Léonie previamente. Entre o Proust mais velho e o Proust mais novo, está interposto um hiato de aquisição de experiências e saberes, que é o que faz com que o primeiro não mais coincida exatamente com o segundo. Houve a felicidade do reencontro tão somente em função de um afeto do passado, sem o qual tal momento nem existiria (tampouco comunicaria algum sentido) no presente. Oriundo e trazido do passado, esse afeto, então, modifica o presente, na medida de seu resgate, que é, por si só, um indicativo de seu próprio valor, sua própria influência em Proust (pois, se esse momento, esse afeto, nada representasse para ele, não haveria razões para ser resgatado). Isso pois, ao se presentificar, esse episódio, esse afeto, é recebido por um outro Proust, já não mais o do momento original em que tal afeto se realizou, isto é, um Proust que, mais velho, carrega consigo outra cosmovisão, composta de outras experiências e saberes, ainda não conhecidos pelo Proust mais jovem; disso, dá-se que o valor desse quadro passado impresso em espírito, quando emerge no presente, é submetido ao crivo, ao critério do conglomerado de impressões e percepções que formam o todo que é o Proust mais velho (conglomerado em que está o incluso o subconglomerado do Proust mais jovem, sendo essa diferença entre um e outro responsável pelos processos de cotejo e reajuste de sentidos, noutras palavras, de ressignificação). “*Ainsi, quand nous revenons en une ville où nous avons été précédemment, ce que nous percevons nous aide à reconstituer un tableau dont bien des parties étaient oubliées.*” (HALBWACHS, 1950, p. 5)²⁶.

Em se tratando de memória, não podemos falar em imutável, solidez; muito pelo contrário, os termos desses complexos que correspondem ao que somos são passíveis de conflito, têm de, a todo instante, se reorganizar, se conformar, a fim, como numa relação dialética, de deliberar, alcançar respostas que dão sentido ao viver. A memória do passado reestrutura o presente, porquanto faculta um pano de fundo, um conjunto de antecedentes (circunstâncias e condições prevalentes em determinadas ocasiões ou

²⁶ Tradução por Laurent Léon Schaffter: “Assim, quando retornamos a uma cidade onde estivemos anteriormente, aquilo que percebemos nos ajuda a reconstituir um quadro em que muitas partes estavam esquecidas.” (1990, p. 25).



subjacentes a certos fenômenos, eventos) pelos quais se interpretar o agora; enquanto o presente reestrutura o modo de enxergar e compreender o passado, pois os constituintes do primeiro, que trazem consigo seus próprios significados, estes comunicados e por nós absorvidos pelos sentidos de uma forma individual, única, insubstituível e intransferível, quando passam a integrar (ou: quando passam e, assim, integram) o conjunto da memória, têm de se configurar aos que lá já estavam, processo que acarreta a construção de outros (porque sem precedentes, haja vista a proporção ininterruptamente remodelada entre elementos antigos e novos em nós internados) saberes. “*Si ce que nous voyons aujourd’hui vient prendre place dans le cadre de nos souvenirs anciens, inversement ces souvenirs s’adaptent à l’ensemble de nos perceptions actuelles.*” (HALBWACHS, 1950, p. 5)²⁷.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo de todo este estudo, vimos e tentamos deixar demonstrado que, quando se trata de memória, o *outro* e o que vem de *outro* são imprescindíveis. Existimos porque o outro existe. Porque outros existiram, fizeram, lembraram, não (se) deixaram esquecer. A realização em plenitude da memória se dá em inter-relação orgânica, isto é, na dupla dimensão de transmissão e recepção, de falar e ter alguém a ouvir. Ela faz-se e satisfaz-se ao partir de um e chegar a outro(s) em tradição. Inclusive, tangente a isso, Jeanne Marie Gagnebin (2006, p. 57) nos apresenta uma outra forma de vislumbrar a testemunha, uma outra possibilidade de existência e performance suas, que implica e é implicada por uma práxis de consciência e continuidade, práxis que visa a não permitir que a experiência e, extensivamente falando, a memória do outro pereça(m) ou, mesmo, esmaça, se perca.

Testemunha também seria aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras levem adiante, como num revezamento, a história do outro: não por culpabilidade ou por compaixão, mas porque somente a transmissão simbólica, assumida apesar e por causa do sofrimento indizível, somente essa retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente, mas a ousar esboçar uma outra história, a inventar o presente.

A consciência do passado como respaldo para resolução do futuro é um juízo que a história há muito conhece e abriga. À figura de Bernard de Chartres, filósofo francês do século XII, é atribuída a metáfora de que somos (nós, do presente) como anões sobre os ombros de gigantes (todos aqueles que foram antes de nós), de modo que, se podemos enxergar a uma distância maior e, portanto, contemplar mais do que eles, não é por causa de qualquer “nitidez de visão”, (a saber,) aptidão de nossa parte, mas, sim, porque eles,

²⁷ Tradução por Laurent Léon Schaffter: “Se o que vemos hoje tivesse que tomar lugar dentro do quadro de nossas lembranças antigas, inversamente essas lembranças se adaptariam ao conjunto de nossas percepções atuais.” (1990, p. 25).



em toda sua grandiosidade, nos levantaram, isso nos propiciando. Esse conceito prescreve o reconhecimento de que olhar para o que passou e resgatar esse passado pela memória é fundamental para qualquer avanço, de que é por isso, como propôs Sir Isaac Newton, no século XVII, ao dele se apropriar²⁸, que conseguimos, no presente, ver mais longe e, por causa disso, ir mais à frente. Fazemos metáfora, neste sentido, das palavras de Ziolkowski (2009, p. 423): é como se nossa condição humana fosse a de uma “obra em construção” *ad aeternum*, o que sabemos assemelhando-se a um ‘vasto edifício’ erguido ano após ano, século após século devido à cooperação e à interação entre homens. E, já que falamos em humanidade, ela haverá sempre de depender do que veio antes, donde a importância que cabe aos vivos de narrar e conservar (o mais vividamente possível) o passado, pertencente aos mortos. “*Those who cannot remember the past are condemned to repeat it*”, já bem nos advertiu²⁹ o filósofo espanhol George Santayana (2004, p. 95). Lembramos do que foi ruim para não nele reincidir. Lembramos do que foi bom para executá-lo, aprimorá-lo, evoluirmos. Assim como não podemos deixar de falar a memória, não podemos deixar de ouvir a memória. Não podemos deixar de falar. Nem de ouvir. Se sou o que sou, é porque foram, fomos e somos, juntos, todos nós: *ubuntu*.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. **O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha**. Tradução de Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.
- AGOSTINHO, S. **Confissões**. Tradução de J. Oliveira Santos e A. Ambrósio de Pina. 2ª edição. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- ARISTÓTELES. **Retórica**. 2ª edição. Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2005.
- BAKHTIN, M. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Tradução de Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.
- BOSI, A. A escrita do testemunho em **Memórias do cárcere**. **Estudos avançados**, v. 9, n. 23, pp. 309-322, 1995.
- BOSI, A. **Céu, inferno: ensaios de crítica literária e ideológica**. São Paulo: Ática, 1988.
- ECO, U. Umberto Eco: “Caro nipote, studia a memoria”. **L’Espresso**. Disponível em: bit.ly/2PzH2nS. Acesso em: 28/04/2021.

²⁸ Para fins de resposta a uma carta a ele enviada por Robert Hooke em 1676.

²⁹ Tradução nossa: “Aqueles que não podem se lembrar do passado estão condenados a repeti-lo”.

FISKE, S. T.; TAYLOR, S. E. **Social cognition: From brains to culture**. 1st edition. New York: McGraw-Hill, 2008.

GAGNEBIN, J. M. **Lembrar, escrever, esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2006.

HALBWACHS, M. **La mémoire collective**. Bibliothèque Paul-Émile-Boulet, l'Université du Québec à Chicoutimi, 1950. Disponível em: bit.ly/3vmUKtm. Acesso em: 28/04/2021.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Tradução de Laurent L. Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. Identidade Cultural e diáspora. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 24, pp. 68-76, 1996.

KOTZÉ, A. **Augustine's Confessions: Communicative purpose and audience**. Brill, 2004.

KRISTEVA, J. **Introdução à semanálise**. Tradução de Lúcia França Ferraz. Perspectiva, 1974.

LEVI, P. **I sommersi e i salvati**. Torino: Giulio Einaudi Editore, 1986. Disponível em: bit.ly/3eL0kjE. Acesso em 14/05/2021.

LEVI, P. **Conversazioni e interviste (1963-1987)**. Torino: Einaudi, 1997.

LEVI, P. **Se questo è un uomo**. Versão e-Book em italiano, Centumcellae. Disponível em: bit.ly/2RbnMxH. Acesso em 11/05/2021.

LEVI, P. **Os afogados e os sobreviventes**. Tradução de Luiz Sérgio Henriques. Paz & Terra, 2016.

PEARSALL, P.; SCHWARTZ, G.; RUSSEK, L. Changes in heart transplant recipients that parallel the personalities of their donors. **Journal of Near-Death Studies**, v. 20, n. 3, pp. 191-206, 2002. Disponível em: bit.ly/3v9wL1d. Acesso em 21/05/2021.

PÊCHEUX, M. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre, DAVALLON, Jean; DURAND, Jean-Louis; PÊCHEUX, M. **Papel da memória**. Campinas (SP): Pontes, 1999, pp. 49-57.

PROUST, M. **À la recherche du temps perdu. La bibliothèque électronique du Québec (collection À tous les vents; volume 315; version 1.6)**. Disponível em: bit.ly/3fRX6LW. Acesso em 12/06/2021.

PROUST, M. **Em busca do tempo perdido**. Tradução de Fernando Py. Ediouro, 1994.



- RAMOS, G. **Memórias do cárcere**. Rio de Janeiro: Record, 1981.
- RICCEUR, P. **La mémoire, l'histoire, l'oubli**. Paris: Édition du Seuil, 2000.
- SANTAYANA, G. **The life of reason**. New York: Dover Publication, 2004.
- SELIGMANN-SILVA, M. A literatura do trauma. *CULT (Revista de Literatura Brasileira)*, ano II, n. 23, 1999.
- SELIGMANN-SILVA, M. Narrar o trauma: A questão dos testemunhos de catástrofes históricas. *Psicologia clínica*, v. 20, n. 1, pp. 65-82, 2008.
- SEMPRÚN, J. **La escritura o la vida**. Artifex, 2012.
- STEINER, G. **Linguaggio e silenzio**. Milano: Garzanti, 2014.
- STEINER, G. **Silêncio e linguagem**. Tradução de Gilda Stuart e Felipe Rajabally. São Paulo: Companhia da Letras, 1988.
- VOLOCHINOV, V. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi. 7ª edição. São Paulo: Hucitec, 1995.
- ZIOLKOWSKI, J. Cultures of authority in the long twelfth century. *The Journal of English and Germanic Philology*, v. 108, n. 4, pp. 421-448, 2009.

Título em inglês:

**MEMORY, UBUNTU: I AM, FOR WE ARE, FOR WE
REMEMBER(ED)**